Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 6792/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/11251/2019
PROTOCOLO	: 2000668
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE COXIM
RECORRENTE	: RUFINO ARIFA TIGRE NETO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA E CONTROLE NA ÉPOCA DOS FATOS
TIPO DE PROCESSO	: **REVISÃO – DSG-G.JD-3111/2018**
RELATOR	: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

R E L A T Ó R I O

Referem-se estes autos ao Pedido de Revisão, proposto pelo senhor RUFINO ARIFA TIGRE NETO, Secretário Municipal de Receita e Controle de Coxim na época dos fatos, em face da Decisão Singular DSG-G.JD-3111/2018 (peça 31, fls. 308-310, do TC/1234/2018), que imputou multa de 30 (trinta) UFERMS, pela remessa intempestiva de documentos a este Tribunal, abaixo reproduzida :

> "I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 30/2017, realizado pelo Município de Coxim e as empresas Eficaz Logística Comércio De Produtos De Limpeza EIRELI, C.L.R Comércio De Materiais De Limpeza EIRELI – ME, RR Nogueira Soluções Em Negócios Ltda – ME, Roma Distribuidora De Alimentos Ltda – ME e Mix Clean Produtos De Limpeza Ltda – EPP, nos termos do artigo 120, inciso I, da Resolução Normativa n. 76/2013;
>
> II - pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Rufino Arifa Tigre Neto, Prefeito Secretário à época, portador do CPF nº 105.453.281-87, **pela remessa intempestiva** dos documentos referentes à 1ª fase, por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos do art. 44, I e art. 46 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o Artigo 170, §1º, inciso I, alínea "a" da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013;..."

Após a manifestação do Representante do Ministério Público de Contas sobre o presente Pedido de Revisão, instrumentalizada por meio do Parecer PAR-4ªPRC-19942/2019 (peça 9, fls. 21-24), constatou-se que o Responsável efetuou o pagamento da multa aplicada no item **II** da Decisão Singular DSG-G.JD-3111/2018, devidamente comprovada pela Certidão de Quitação de Multa, inserida nos autos TC/1234/2018 pela peça 41 (fls. 320-321).

Em nova manifestação o Procurador do Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-4ªPRC-7065/2020 (peça 11, fl. 26), opinou pelo arquivamento do presente Processo, como dos autos do Processo TC/1234/2018 (original).

É o Relatório.

D E C I S Ã O

Acerca da matéria deste pedido proposto pelo senhor RUFINO ARIFA TIGRE NETO, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual daquele autor.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o senhor RUFINO ARIFA TIGRE NETO, efetuou recentemente o pagamento do valor da multa equivalente ao de 30 (trinta) UFERMS, que lhe fora infligida pelos termos dispositivos do item **II** da Decisão Singular DSG-G.JD-3111/2018, conforme Certidão de Quitação de Multa (peça 41, fls. 320-321), nos autos do original Processo TC/1234/2018.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer *"da marcha processual"*, significativo da realização do pagamento do valor da multa pelo responsável, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. E nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

- RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC.

  (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)

- AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante.

  (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Desse modo, entendo, em ratificação, que o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

E que o processo extinto deverá ser arquivado, segundo a regra do art. 186, V, ***a***, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), porquanto foi cumprida pelo referido apenado as disposições instrumentalizadas na Decisão Singular DSG-G.JD-3111/2018.

Por todo o exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **decido**:

I - extinguir o Processo TC/11251/2019, sem resolução de mérito, e determinar seu arquivamento, considerando que tendo advindo fato novo no transcorrer do andamento processual**,** correspondente ao pagamento, pelo recorrente, da multa no valor equivalente ao de 30 (trinta) UFERMS que lhe fora infligida, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do referido autor**;**

II – de determinar o arquivamento do processo TC/1234/2018 (original), em razão do cumprimento dos termos dispositivos da Decisão Singular DSG-G.JD-3111/2018, dando como fundamento a regra do art. 186, V, *a*, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018)

É como Decido.

Campo Grande/MS, 28 de julho de 2020.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

FTIJ/AAB